

PETROPOLITANAS



Parte da servidão cedeu há mais de um ano

Moradores denunciam problemas na Servidão Santa Avelar Diogo

Difícil acesso, falta de manutenção, obras não realizadas e ausência de respostas estão entre as reclamações de moradores da Servidão Santa Avelar Diogo, no Vale do Carangola, em Petrópolis. Segundo relatos encaminhados à coluna, a via sofre com falta de capina e alagamentos em dias de chuva, situação que afeta diretamente a rotina de quem vive no local. A Associação dos Moradores do Vale do Carangola (Amavale) encaminhou, em agosto de 2025, um ofício à Secretaria de Defesa Civil de Petrópolis solicitando intervenções na região. De acordo com os moradores, porém, a situação permanece sem solução. Durante períodos de chuva, a passagem fica completamente alagada e a água chega a invadir parte das residências localizadas abaixo da rua. Os moradores também relatam problemas relacionados à manutenção da servidão e cobram a realização de obras apontadas anteriormente.

Moradores com deficiência

A área foi destinada a moradores atingidos pela chuva de 1988, que precisaram deixar suas antigas residências. O temporal provocou 134 mortes em Petrópolis. Anos depois, moradores da Servidão Santa Avelar Diogo continuam cobrando medidas do poder público para melhorar as condições de acesso e segurança no local, que contém moradores com mobilidade reduzida e com deficiência. Desde então, a comunidade em consonância com a associação, apresentou propostas ao município.



Ofício foi encaminhado em agosto de 2025 ao Município

Esgoto e vazamentos

Os moradores também relatam problemas com um bueiro existente na localidade. Segundo eles, principalmente em dias de chuva, o equipamento transborda e o esgoto se espalha pela servidão, situação que, conforme os relatos, pode favorecer a proliferação de doenças. A água e o esgoto também passam pelos quintais das residências que ficam abaixo da servidão. Segundo os moradores, o problema estaria relacionado ao trecho onde são necessárias obras, fazendo com que a água escoe em direção às casas localizadas na parte mais baixa.

Propostas encaminhadas

Com o objetivo de melhorar as condições na região, a Amavale encaminhou 10 propostas à Prefeitura de Petrópolis. Entre as sugestões estão parcerias com as secretarias municipais de Esportes, Educação, Saúde e Obras, além das concessionárias Enel Rio e Águas do Imperador. As medidas têm como objetivo buscar mais agilidade no atendimento às demandas da localidade.

O que diz a concessionária?

A Águas do Imperador informou que uma equipe esteve na Servidão Santa Avelar Diogo, no Vale do Carangola, no início da tarde desta quarta-feira (07/10), e, durante a vistoria, realizada em período sem chuva, não foram identificadas obstruções ou anormalidades no funcionamento do sistema de esgotamento sanitário.

Rede mista na região

A concessionária esclareceu ainda que a localidade possui rede mista. Eventuais intervenções para ampliar a capacidade de drenagem e de escoamento das águas pluviais envolvem o redimensionamento da infraestrutura de drenagem urbana, cuja responsabilidade é do município, por meio da Secretaria Municipal de Obras.

Caso Priscila

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ) ingressou oficialmente no processo que investiga o feminicídio da fisioterapeuta Priscila Haubrich, de 41 anos, morta no fim de julho em Petrópolis. A Instituição atuará como assistente qualificada da vítima em favor da irmã, Flávia Nunes, por meio das ações integradas do Programa Travessia.

Representação

Paralelamente, a Instituição também assumiu a representação de Flávia Nunes, vítima no processo que apura o crime de lesão corporal no contexto de violência doméstica. O acusado, ex-companheiro de Priscila Haubrich, já respondia à ação penal pela suposta agressão contra a ex-cunhada quando ocorreu o feminicídio.

Comissão da Alerj

A atuação foi viabilizada após acionamento da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alerj. O atendimento e o acolhimento presencial da família foram realizados na última sexta-feira (07), na sala da própria Comissão, conduzidos pela Defensora Pública e Coordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher da DPRJ, Thaís dos Santos Lima.

O programa

A Defensoria Pública também encaminhou a família ao Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam) Marcia Lyra para acompanhamento psicossocial. Criado para oferecer suporte especializado a vítimas indiretas (familiares) e sobreviventes de feminicídio, o Programa Travessia assegura representação jurídica contínua e humanizada.



Capacidade de manutenção simultânea caiu de 8 a 10 para dois ônibus

Intervenção na Turp: cinco meses se aproxima e incerteza continua

À Justiça, Prefeitura reconhece que medida não solucionou o problema

Por **Gabriel Rattes**

A intervenção da Prefeitura de Petrópolis na Turp Transporte completa quase cinco meses sem uma solução definitiva para a crise enfrentada no transporte coletivo do município. A primeira medida foi decretada em 20 de maio de 2026, de forma parcial, diante de problemas na prestação do serviço, dificuldades na situação econômico-financeira da empresa e paralisações de funcionários. Em 17 de setembro, o Município ampliou a medida e decretou a intervenção total na operação.

Em petição protocolada, na 4ª Vara Cível no dia 25 de setembro, a Prefeitura admitiu que a intervenção parcial realizada na Turp não foi suficiente para restabelecer o serviço nos padrões de qualidade previstos no contrato firmado com a empresa. O Município informou ainda que as medidas adotadas durante a intervenção total continuam em andamento.

O posicionamento veio a público em meio à sequência de problemas enfrentados pelos passageiros e poucos dias depois de a Prefeitura informar, ao Correio Petropolitano, que a capacidade de manutenção simultânea da frota caiu de oito a dez para apenas dois ônibus.

O documento foi apresentado no processo movido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que pede o afastamento da Turp da operação, a assunção do serviço pela Prefeitura em até 30 dias e, em caráter definitivo, a decretação da caducidade da conces-

são. A caducidade é a extinção da concessão por descumprimento de obrigações previstas no contrato e na legislação.

Na petição, o Município relembra que decretou uma intervenção parcial na Turp no dia 20 de maio de 2026, depois de problemas relacionados à qualidade do serviço, indícios de comprometimento da capacidade econômico-financeira da empresa e paralisações de funcionários por questões trabalhistas.

Segundo a Prefeitura, a intervenção parcial trouxe alguma melhora nos índices de viagens e contribuiu para a regularização de reivindicações trabalhistas, mas não foi suficiente para colocar o sistema no padrão considerado adequado. Por esse motivo, uma intervenção total foi decretada no dia 17 de setembro.

O Município afirma, porém, que a intervenção total ainda está no começo e que as medidas para regularizar a operação continuam em andamento. A Prefeitura também informa que o processo administrativo aberto para apurar a situação da concessionária está na fase de apresentação da defesa da Turp.

Apesar de reconhecer a gravidade dos problemas, a Prefeitura não se posicionou, neste momento, a favor ou contra o pedido de caducidade feito pelo Ministério Público. Na avaliação apresentada à Justiça, uma decisão antecipada poderia interferir no processo administrativo que ainda precisa garantir o contraditório e a ampla defesa da concessionária.